

OS PROGRAMAS QUE TEMOS E A SUA EXEQUIBILIDADE*

Alexandre Manuel Gonçalves
Carla Eugénia Mariano
Daniel Ferreira Gomes
Elisabete Coroa Carajote
Fernanda Manuela Nunes
José Paulo Tavares

Luís Miguel Dias
Manuel Cruz Ramos
Margarida Sofia Caldeira
Neuza Santos Duarte
Paula Alexandra Martins
Zilda Marina Canuto

A comunicação que ora apresentamos teve origem num trabalho realizado no âmbito do quinto ano do Ramo Educacional e agora retomado, no sexto ano, já com a necessária ligação à vida prática da docência.

Esta análise consiste numa reflexão crítica sobre os Programas de Latim e de Grego do Ensino Secundário e sobre as Orientações de Gestão do Programa vigentes.

Tomando em consideração cada um dos anos de Latim e de Grego de *per si* (10º, 11º e 12º) e ainda a possível relação entre os blocos de programas de ambas as disciplinas, concluímos serem aspectos positivos a sublinhar os seguintes:

- Os Programas estão de acordo com os princípios consignados na Lei de Bases do Sistema Educativo.
- Confere-se importância à avaliação formativa e diagnóstica.
- Apontam-se estratégias para a aquisição de vocabulário.
- A bibliografia é extensa e variada.

* Para a elaboração desta comunicação, os professores estagiários trabalharam sob orientação do Dr. João Daniel Lourenço.

- Embora nos pareça que tal só se verifica no 12º ano de Latim, encontram-se conteúdos civilizacionais adequados aos textos propostos.

Os aspectos negativos, há que dizê-lo, são, infelizmente, muito mais numerosos.

Desde logo se verifica que não existe autonomia entre o bloco de programas de Latim e os de Grego, sendo dado ao Grego uma importância subsidiária em relação ao Latim.

Se, por um lado, toda a primeira parte – a introdução, as finalidades, os objectivos gerais, as orientações metodológicas e a avaliação – pouco mais é do que um decalque do Programa de Latim, por outro lado, aspectos extremamente negativos repetem-se em ambos os programas, tais como:

- O estudo destas duas línguas justifica-se sempre por factores meramente externos e utilitários e nunca em função do interesse intrínseco das próprias línguas. No que respeita ao programa de Grego, não podemos deixar de notar que, para se exemplificar a afirmação de que "o que há na civilização europeia teve, directa ou indirectamente origem na civilização grega" se refira erroneamente que "os hedonistas seguem Epicuro".

- As orientações metodológicas restringem-se apenas a aspectos óbvios e dispensáveis, não indicando quaisquer estratégias relativas à análise textual.

- As orientações programáticas praticamente rejeitam a utilização de textos autênticos, o que, desde logo, inviabiliza qualquer tipo de trabalho literário sobre o texto.

- Generaliza-se a ambiguidade quanto ao uso do dicionário, cuja utilização ora se aconselha desde o início do estudo da língua, ora se remete para uma fase bastante posterior.

- Verifica-se a exclusão do dicionário e da gramática do ponto destinado aos materiais auxiliares.

Curiosamente, os programas, que se repetem onde não deviam fazê-lo, afastam-se precisamente onde seria desejável que estabelecessem afinidades. O exemplo mais flagrante disso é a total ausência de orientações metodológicas específicas para a interdisciplinaridade das duas línguas, quando é sabido que os alunos que têm Grego também têm Latim.

Centrando agora a nossa análise nos diferentes níveis de língua e especialmente nos conteúdos programáticos, parece-nos ser de assinalar os seguintes aspectos:

- Os conteúdos gramaticais são uma mera listagem de matérias, sem qualquer orientação metodológica efectiva, acrescentando ainda o facto de

essa mesma listagem ser bruscamente partida sem qualquer critério lógico e coerente, originando hiatos na progressão da aprendizagem. Refiram-se, ainda, três exemplos gritantes desta incoerência:

O primeiro tem a ver com o estudo dos numerais, repartido diversamente nas duas línguas e por duas fases: no Latim, de um a cem, logo no 10º ano, e daí para a frente nos anos subsequentes; no Grego, apenas no 11º ano (no 10º ano ainda não sabem contar!), e só podem fazê-lo até vinte, dado que o resto fica para os finalistas.

O segundo exemplo, que aduzimos desta irracionalidade, respeita ao estudo dos pronomes demonstrativos no programa de Latim: só o pronome *is, ea, id* no 10º ano, ficando os demais para o 11º ano.

Mais grave ainda se nos afigura a incompreensível repartição do estudo dos modos verbais, sobretudo em Latim. Com efeito, como pode conceber-se que se trabalhe, durante um ano inteiro, apenas o modo indicativo e que o conjuntivo se reserve para o segundo ano de aprendizagem? Como pode não se ter visto de imediato que, assim, se restringia e empobrecia, de forma drástica, a selecção de textos?

Não será de estranhar, porém, tal opção, quando o principal objectivo destes programas é não traumatizar os alunos. Assim sendo, é natural que estes sejam encarados numa dimensão de menoridade intelectual e afectiva, à qual apenas se adequam frases do tipo "*Apicula rosam amat*" ("abelhinha", obviamente, não por razões poéticas, mas porque utilizar *apis*, da terceira declinação, seria uma ousadia traumática para os alunos desta faixa etária!).

É também ridiculamente notória a desadequação entre os autores propostos e os conteúdos civilizacionais a tratar correspondentemente, *exempli gratia*, a proposta de que, no 12º ano de Grego, seja estudada a mitologia a partir de textos de Platão e seja ilustrada a administração da justiça com a *História Verdídica* de Luciano. Será que importa reter, por exemplo, que eram os lançadores-de-pulgas ou as hortaliças-voadoras que presidiam ao Areópago?

Qualquer crítica deve, porém, ser construtiva e, por isso, sentimo-nos na obrigação de apresentar algumas propostas.

Em relação a textos, propomos a inclusão de alguns textos literários já no 10º ano de Grego, por exemplo, textos de S. João Crisóstomo, das *Sagradas Escrituras*, da "Antologia Palatina", de Luciano, de Esopo, além de epitáfios e aforismos; no 12º ano, incluiríamos, também, textos de Homero e de Longo.

No que concerne ao Latim, propomos a inclusão de textos de autor, já no 10º ano, concretamente de Fedro, de Catão, de Catulo e de Marcial; no 12º ano, incluiríamos, eventualmente, a *Germania* de Tácito, como ponto de partida para outros conteúdos civilizacionais.

Propomos também que os conteúdos civilizacionais sejam abordados, tanto quanto possível, numa perspectiva diacrónica e não em compartimentos estanques e confinados a determinadas fases da aprendizagem.

Apenas um exemplo do que entendemos não dever ser feito: a Escravatura, tema tão vasto e complexo quanto interessante, aparece confinado explicitamente ao 3º período do 10º ano de Latim e, conseqüentemente, desligada da Organização da Sociedade Romana, tema considerado no 11º ano da mesma disciplina.

Propomos, ainda, particularmente para o Latim:

- Que as excepções não sejam contempladas em pontos específicos dos programas, mas sim, que sejam vistas sempre que (e desde que) ocorram, qualquer que seja o nível.

- Que a expressão da data seja considerada, pelo menos, já no 11º ano.

- Que, da inclusão do estudo do modo Conjuntivo, já no 10º ano, decorra, logicamente, a inclusão de outros conteúdos gramaticais fundamentais com ele relacionados, tais como as orações completivas e as temporais-causais.

- Que se antecipe o estudo dos níveis de língua para o 11º ano, uma vez que Plauto já figura nesse momento didáctico.

Terminamos com uma última proposta, que nos parece dever presidir a qualquer orientação de Programas das Línguas Clássicas. Que se incentive uma verdadeira e efectiva interdisciplinaridade, quer entre ambas as línguas clássicas, quer entre estas e disciplinas como a História, a Filosofia e a Literatura Portuguesa.

E, já que são os próprios autores dos Programas que afirmam que estes são " projectos em aberto, cuja reformulação aguarda os resultados da sua aplicação experimental e os contributos críticos dos intervenientes no processo educativo ", oxalá o nosso contributo não tenha sido em vão!

Muito obrigado!